



CRÔNICA

J. RIGOLÃO
jose@rigolon.com.br

GUERRA É GUERRA!

Naquela noite já primave- ril, eu mais três amigos con- fortavelmente instalados na última mesa à esquerda do bar do Abud, como de costum- e, falávamos sobre eleições e futebol. É de conhecimento geral que mesmo as conclu- sões aproveitáveis sobre es- ses dois temas estão fada- das a “não dar em nada”, como de fato aconteceu.

Chico: - Vamos mudar de assunto, essa linda noite de lua cheia que estamos viven- do merece outro tema.

Zeca: - Chico, você me fez lembrar que uma noite as- sim, com essa luminosidade, representava tremendo risco para nossas cidades situa- das à beira mar, durante a 2ª Guerra Mundial. Lutávamos contra o chamado “Eixo”, composto por Alemanha, Itá- lia e Japão. O País precisava tomar uma série de providên- cias defensivas, para prote- ger suas águas e fronteiras. Santos, com um dos portos mais importantes do Brasil, era um objetivo militar. Na- quella época, para viajar a Santos era necessária per- missão da polícia. Aparente- mente, uma medida um tanto absurda, mas a infiltração e a presença de espiões era uma realidade. Entre as muitas providências, visando dar se- gurança aos brasileiros, nos- so governo instituiu també m o que era conhecido como “blackout”.

Marcondes: - Em 2015, iremos comemorar os 70 anos do término desse horri- vel conflito! Você que estava lá, Zeca, me explique mais sobre esse tal de “blackout”.

Zeca: - Durante a guerra, o Brasil com oito mil quilôme- tros de orla marítima para

defender, e os alemães man- tinham uma enorme frota de submarinos no Atlântico. Du- rante o dia, tínhamos a cober- tura de pesados hidroaviões de observação bimotores, chamados “Catalina”, que par- tindo da base aérea do Rio de Janeiro, voavam rumo ao sul cerca de duas horas, beiran- do nosso litoral, e retornando em seguida para o Rio. Outra equipe realizava o mesmo voo no rumo norte. A missão era detectar submarinos em nos- sas águas. Caso algum fos- se visto, a marinha era avisa- da e a força aérea enviaria bombardeiros. Durante a noi- te, havia uma recomendação aos moradores de casas e prédios à beira mar para man- ter as janelas fechadas com pesadas cortinas, evitando que as luzes pudessem ser vistas do mar. Quanto à ilumi- nação pública, no caso da cidade de Santos, os lampi- ões ao longo da praia tinham suas faces voltadas para o mar pintadas de preto. Com isso, procurava-se minimizar a possibilidade de ataques inimigos. E havia também a colaboração espontânea de amigos e vizinhos, alertando quem deixava alguma luz ex- posta. Essa medida de prote- ção é chamada de “blackout”, que em uma tradução simplificada, significa: “escu- ro do lado de fora”.

Figueiredo: - Já li muito sobre essa guerra e gostei da sua explicação, Zeca. Lembro aos amigos que “guerra é guer- ra” e o primeiro dever das for- ças armadas de um país é procurartomaras providências para proteger seu povo. Não podemos esquecer também que a 2ª Guerra Mundial ceifou cinquenta milhões de vidas...

SAGRADA FAMÍLIA PROMOVE NOITE ITALIANA

Dia 29 de novembro, às 20 horas, a comissão de eventos da Paróquia Sagrada Família realiza o evento “Noite Italiana para Famílias”, com música ao vivo, no salão paroquial, na Avenida das Mangueiras, ao lado da Prefeitura Municipal. No cardápio consta tagliarini, rondeli, canelone, lasanha e conchiglione. O preço do convite individual é de R\$ 30,00 e as bebidas são à parte. As reservas podem ser feitas pelo fone: (15) 3251-3558.

CAMPANHA DEVERÁ ALEGRAR NATAL DE CRIANÇAS CARENTES

Circe Machado Bastos ini- ciou nova edição da campanha para arrecadação de brinque- dos, que irão alegrar o Natal de menores carentes de Tatuí. Qualquer pessoa pode colabor- ar, através da doação de brin- quedos novos ou usados, além de balas e guloseimas, papel e embalagens para presentes. Os brinquedos deverão ser en- tregues por Circe na véspera de Natal, quando ele veste-se de “Mamãe Noel”.

São aceitas doações de qualquer tipo, mesmo que o brinquedo não esteja em bom

estado, pois Circe mantém uma oficina nos fundos de sua casa, onde recicla os brinque- dos usados. Ela destaca que “o brinquedo que não é mais utilizado por alguém irá trazer alegria para outra criança que não pode comprar presentes”.

Pessoas interessadas em ajudar podem levar sua doação até a residência de Circe, na Viela Arthur Napoleão Oliveira, nº 66, Bairro Santa Cruz, ao lado do estádio de futebol. Mais informações sobre a camp- nha natalina são obtidas pelo fone: (15) 3259-7214.



EXPEDIENTE
Integração - o Jomal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP. - CNPJ: 45.941.838/0001-18
DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)
DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes
REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)
ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)
FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo
Propriedade da Empresa Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820
Tiragem: 3.500 exemplares
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião

PARCERIAS PODEM INVIABILIZAR INVESTIMENTOS

*** Marcos Cintra**

A agenda para o segundo mandato de Dilma Rouseff está repleta de desafios no âmbito econômico. Um dos mais expressivos é a viabilização de investimentos em infraestrutura, cuja carên- cia se tornou um dos determinantes para a queda do potencial de crescimento do PIB brasileiro nos últimos anos.

Nesse sentido, ganha for- ça a aposta nas Parcerias Público-Privadas (PPPs), me- canismo instituído há dez anos no País e que ainda não deslançou. O governo afirma que pretende usá-las, mas trata-se de uma forma alter- nativa de investimentos que sofre fortes restrições, que precisam ser superadas.

Um dos principais entra- ves para o uso das PPPs se refere à legislação brasileira. As normas jurídicas no País são extremamente rígidas, de- terminando que só se faça o que está estabelecido. Em outros países elas são prag- máticas e adaptativas, permi- tindo inovações, desde que a lei não proíba. Flexibilizar a legislação relacionada às PPPs é uma necessidade in- dispensável para expandir o leque de possibilidade de in- vestimentos via parcerias en- tre os agentes públicos e pri- vados.

Outro item que dificulta o desenvolvimento de PPPs no Brasil é a instabilidade infla- cionária: o País ainda é influen- ciado por uma experiência de décadas de inflação muito alta. Dessa forma, a aplica- ção de índices de preços em PPPs não reflete a realidade, pois são, em geral, contratos de longo prazo.

A fragilidade do governo como um todo também inter- fere no desenvolvimento das PPPs. Em muitos países, o setor público é, teoricamen- te, o mais sólido, o que permi- te ao setor privado julgar-se

suficientemente seguro para firmar parcerias. Já no Brasil, as incertezas e os riscos as- sociados ao setor governa- mental fazem com que sejam exigidas garantias adicionais para a viabilização de proje- tos envolvendo governo e em- presas. Diversas debilidades, como a questão do endividamento, a falta de pou- pança e os déficits orçamen- tários tornam necessária a criação de estruturas com- plexas, que possam dar ga- rantias a operações de alto custo.

Outro ponto importante é a percepção assistencialista que parte da sociedade brasi- leira tem sobre as obrigações lidadas. Uma PPP implica que o setor privado opere um determinado serviço público, mas a ideia em alguns seg- mentos sociais é a do Estado como produtor de todos os serviços públicos prestados à sociedade. Um exemplo é o caso dos presídios. Atualmen- te o custo de cada detento é três vezes maior do que o custo de um bolsista universi- tário. Ainda assim, quando se considera privatizar o siste- ma de presídio, enfrenta-se resistência, pois persiste o preconceito arraigado de que o Estado é o “grande pai” e tem que fornecer tudo.

Todos os pontos citados são empecilhos para a eco- nomia do País e determinam os grandes atrasos do setor público brasileiro. É funda- mental refletir com seriedade sobre estas questões e bus- car soluções. É preciso de- ixar aspectos ideológicos de lado e ter uma visão prática da situação. Tudo isso deve ser levado em conta se o governo quiser tirar do papel projetos de infraestrutura através das PPPs.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade Harvard (EUA) e pro- fessor titular de Economia na FGV (Fun- dação Getúlio Vargas). www.facebook. com/marcoscintraaalbuquerque



Notícias extraídas com grafia original do Jornal “O Commercio”, de 20 de novembro de 1927, através do arquivo de João Padilha, doado ao Integração.

O PERIGO DOS AUTOS

Não são poucos os desastres causados pelos automó- veis nestes últimos tempos, ora por abuso de velocidade, que aqui é commum, ora por imperícia dos “chauffeurs”. Ainda no domingo passado ocorreu um desses desastres. O cami- nhão do sr. Eduardo Phols que, segundo dizem, estava sendo guiado por sua esposa, numa das estradas próximas ao Rio Tatuhy, bateu violentamente contra o ciclysta José Augusto Freire. Com a queda, o pobre moço teve uma clavícula quebrada, além de escoriações na cabeça. Condu- zido à Pharmacia São José, foi ali medicado, apresentando poucas melhoras.

GABINETE DENTÁRIO

Abriu-se à Rua Santa Cruz, nº 179, o gabinete dentário de Octaviano Coelho de Oliveira. Optimamente instalado, atende aos clientes com todo o conforto e a máxima higiene. Offerce trabalhos garantidos, executados pelos processos mais modernos.

HÓSPEDES

Retribuindo a visita que lhes foi feita há pouco tempo, aqui estiveram no domingo último cerca de 50 pessoas de Sorocaba, chefiadas pelos estimados srs. Octavio Ribas e Anselmo Fogaça, daquela localidade. Os excursionistas vieram de caminhão, acompanhados de uma boa orquestra, sendo recebidos e hospedados carinhosamente pelos srs. Antenor Machado e Antonio da Silva Telles. Aos visitantes, foi oferecido um banquete, em que se viam excelentes pratos, doces variados e bebidas finas. Durante a refeição, reinou muita alegria e regosijo. À sobremesa, saudou os excursionistas o nosso companheiro de trabalhos Thomaz Machado Júnior. Os sorocabanos regressaram no mesmo dia, certamente bem impressionados pelo amistoso trata- mento recebido.

SANTA CASA

A comissão da Santa Casa, composta dos srs. Carlos Orsi, José de Campos, Manoel Vieira de Camargo e Antonio Rodrigues de Almeida foi dia 13 a Bofete, para angariar donativos para nossa casa de saúde. Lá, juntamente com a comissão nomeada para aquelle município, que se compõe dos srs. Vidal Gonçalves de Andrade, Theophilo Pratt, Pedro Franco de Meira e Raul de Mello, obteve innumeros e valiosos donativos.

PARABÉNS

Farão annos dia 23 a exma. senhorinha Cacilda Grazzia e o sr. Laurindo Minhoto Sobrinho. Dia 24, a exma. sra. d. Heleonildes Menezes, esposa do photographo sr. José Menezes. Dia 25, a exma. sra. d. Maria Almeida Kuntz, esposa do sr. Heleodoro Kuntz, e a exma. sra. d. Mariquinha Pereira, esposa do sr. Memede Pereira. Dia 26, anniversaria a exma. sra. d. Helena Antunes Soares, esposa do sr. José Francelino Soares. Nossos cumprimentos.

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Um velho ditado reza
(e eu concordo, por inteiro):
a barata que se preza
não entra num galinheiro.

É de teu nome que emana
minha maior pretensão,
pois, quando digo “Mariana”,
tenho o universo na mão!

Se em meu lar, ao pé da serra,
entra o sol, a chuva e o vento,
não entra o rei da Inglaterra,
sem o meu consentimento.

DAS PESSOAS QUE VALEM A PENA

Meio franzino, voz de locu- tor, assim era Valter Leite, o “Carioca”. Com seu jeito inigua-ável, transitava em todos os meios de nossa querida Tatuí. Do mais simples ao mais eru- dito. Exemplo de vida, Carioca conquistou a todos com sua simplicidade, elegância e seu traço marcante: honestidade e a amizade leal a todos que com ele conviviam e tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Palavras são palavras. Quando se trata do Valter é difícil não descrevê-lo como um “cara” fantástico e enumerar uma infinidade de adjetivos para defini-lo.

“Carioca” deixa momenta- neamente a querida Marilda, sua esposa, filhos e o intrépido e tão querido Rafael. Com cer- teza, onde ele estiver continua com sua luz própria. É um exemplo a ser seguido. Pela sua simplicidade e singeleza, permanecerá na lembrança de seus familiares e amigos. “Ca- rioca” foi uma pessoa que va- leu a pena conhecer e conviver. Um sentimento tão raro nos dias atuais. É um pequeno grande homem e que agora é uma grande estrela no céu e seu brilho vai nos guiar.

SPVIAS REALIZA CAMPANHA PARA ARRECADAR BRINQUEDOS

A concessionária CCR SPVias, que administra várias estradas da região, realiza a edição 2014 da campanha de arrecadação de brinquedos en- tre seus colaboradores, par- ceiros e demais interessados, por ocasião do Natal.

As doações serão encami- nhadas para os Fundos Soci- ais de Solidariedade de 26 mu- nicípios da região, incluindo Tatuí, e repassados para crian- ças carentes, que terão a opor- tunidade de ganhar um presen- te e passar um Natal mais feliz.

A assessoria da SPVias informa que nos anos anterio- res, a campanha arrecadou mais de 16 mil brinquedos. As pessoas ou empresas que de- sejam auxiliar neste ato de solidariedade devem entrar em contato pelo fone: (15) 3259-8005.

25 ANOS DA LEI CONTRA O RACISMO

Andréa Longhi Simões Almeida

O Brasil nunca estabele- ceu um regime jurídico de se- gregação racial da população negra, como fizeram os EUA e a África do Sul, por exemplo. Apesar do nosso passado escravagista, somos vistos no mundo como uma democracia racial, mas na re- alidade isso não passa de um mito ideológico pois pesqui- sas apontam que 87% da po- pulação admite que há racis- mo no país e 4% admite ser racista. O racismo deve ser vis- to dentro de um contexto mais amplo que abrange todas as outras formas de desigualda- de e o Brasil está entre os 10 pa- íses mais desiguais do mun- do. Por aqui o poder econômico é detido por uma minoria bran- ca e a maioria da população em situação de pobreza é ne- gra. A desigualdade racial tam- bém atinge a educação. No ensino superior, por exemplo, somente 6,6% dos estudantes é negro. A própria mídia enfatiza o comportamento racista da população quando mostra ce- nas de violência e crimes pra- ticados por personagens ne- gros, criando estereótipos ne- gativos que contribuem ainda mais para a segregação racial. Ante esse panorama desolador, o advento da Lei 7.716/89, que define os crimes

resultantes de preconceito de raça ou de cor representou um enorme avanço e um alento para a defesa da dignidade da pessoa humana. Essa lei foi promulgada para regulamen- tar o art. 5º, inciso XLII da Cons- tituição Federal de 1988, que tornou a prática do racismo crime inafiançável. Ao longo de 25 anos de existência, já ajudou inúmeras vítimas do crime, que ainda é praticado em pleno século XXI. Do ponto de vista legal, as leis são im- portantes porque definem os ilícitos e os critérios de puni- ção dos culpados, mas a ques- tão não é simplesmente jurídi- ca e sim de ordem social. Para diminuir não somente o pre- conceito racial, mas as desi- gualdades em geral, é preciso investir em educação e escla- recimento da população so- bre seus direitos e garantias individuais e questões como dignidade da pessoa huma- na, para que aprendam a cul- tivar a tolerância e respeito às diferenças.

Andréa Longhi Simões Almeida é advogada e sócia do escritório Longhi Simões & Santala Sociedade de Advoga- dos, que atua em Tatuí e região. É Mestre em direito obrigacional (UNESP), profes- sora de Direito Civil, Direito Eletrônico, Negociação e Contratos Internacionais e palestrante nas suas áreas de especia- lidade.



Rua Santa Cruz, 656, Centro
Tatuí, SP, CEP 18270-320
Fone (15) 3305.3922



www.lses.com.br